



Cultura, Turismo e Patrimônio

Apresentação

O ano de 2015 foi marcado pelo 450º aniversário da Cidade do Rio de Janeiro. Uma data que merece ser comemorada com ações de incentivo à conscientização do cuidado com a cidade.

Foi por este motivo que o projeto Cuido do Meu Destino, patrocinado pelo **Governo do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura, Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro e TAM Linhas Aéreas** com produção do **CIEDS** desenvolveu o livreto Cultura, Turismo e Patrimônio.

Este material oferece ao leitor uma reflexão sobre temas relevantes para a valorização e preservação das cidades, pretendendo estimular o debate sobre preservação ambiental, ocupação e apropriação de espaços públicos e promoção de consciência turística. Acreditamos que, dessa forma, o livreto possa contribuir para os debates atuais sobre esses temas, servindo também como um material pedagógico complementar a ser utilizado por educadores de escolas de forma transversal às suas disciplinas.

O objetivo principal do livreto é promover a conscientização crítica sobre a apropriação do território, valorização do patrimônio material e imaterial e da cultura urbana, fomentando o senso crítico de pertença e também a promoção de uma concepção turística sustentável além da valorização do espaço urbano como um produtor de sentidos sociais e culturais.

Ao “cuidar do destino”, propomos que devemos perceber a importância da valorização do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro, ter uma atenção à prática do turismo sustentável, olhar de forma mais cuidadosa as manifestações culturais da favela e, enfim, compreender o território como um local formado culturalmente, um palco de lutas simbólicas e econômicas e também de relações de poder.

EXPEDIENTE

Coordenação

Fábio Muller - Diretor Executivo

Pesquisa e elaboração de texto:

Andréa Falcão

Flora Moana Van de Beuque

Nina Pinheiro Bitar

Edição

Rodrigo Abrantes

Layout e Diagramação

Aline Coelho

Fábio Léda

Colaboração

Helen Pedroso - Diretora de Desenvolvimento e Relacionamento

Sergio Pereira - Gerente de Juventude e Esporte

O CIEDS, Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, é uma Instituição Social Sem Fins Lucrativos, filantrópica, com titularidade de Utilidade Pública Federal, signatária do Pacto Global da ONU e com status de Consultor Especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC. Foi eleita, em 2015, pelo prêmio TOP 500 NGOs, do Geneva Institute, a 5ª ONG mais relevante do Brasil e a 103ª do mundo.

Rio de Janeiro

Rua Conselheiro Saraiva 28, 8º andar, Centro

Rio de Janeiro | CEP: 20091-030 | Tel. 55 21 3094-4555

São Paulo

Rua José Bonifácio, 250 - 6º andar, Centro

São Paulo | CEP: 01003-000 | Tel. 55 11 3105-2229



Sumário

- 6** Introdução
- 7** Módulo I: Cultura e Turismo Sustentável
- 12** Módulo II: Patrimônio Material e Imaterial
- 18** Módulo III: Cultura e Território
- 23** Módulo IV: Cultura Urbana e Cultura da e na Favela -
Diversidade Cultural e Direitos Culturais.



Introdução

Os valores, tradições e crenças de um grupo social estão gravadas em sua cultura. Conhecer a cultura de um povo, portanto, é mergulhar no conhecimento produzido e acumulado por ele e conhecer tudo aquilo que foi produzido. Do concreto ao imaterial.

Uma parte significativa desse conhecimento passa pelo turismo. Ou seja, sair do seu habitat natural e vivenciar, experimentar, ainda que por alguns dias, o sabor, ou o dissabor, de ser regido pelas regras e costumes locais.

Nesta publicação você irá compreender o conceito de cultura e como ela se faz presente no seu dia a dia. No seu bairro, na sua rua, na sua cidade. Sem nem precisar de carro ou avião.

Aprenda a descobrir os significados que se escondem em praças, monumentos e até em rodas de samba. E a importância delas para a cultura brasileira.

Boa Leitura.

MÓDULO I

Cultura e Turismo Sustentável

Neste módulo nos propomos refletir sobre o binômio Cultura e Turismo Sustentável. No entanto, antes de abordar a relação, ou melhor, as relações que se estabelecem e se pode estabelecer entre eles, acreditamos que se faz necessário investigar estas categorias individualmente, tendo em mente que estas categorias não são estanques. Ao contrário, elas são construídas social e historicamente e seus sentidos e significados variam ao longo do tempo.

O estudo do desenvolvimento do conceito de cultura e suas transformações é importante pois nos permite acompanhar os esforços feitos, há muitos séculos, na tentativa de explicar e compreender a diversidade da espécie humana, tanto em seus aspectos biológicos quanto comportamentais.

As narrativas mitológicas e as explicações teológicas foram durante séculos os únicos parâmetros para abordar esta questão. No entanto, elas começaram a ser questionadas com a emancipação do pensamento e da investigação científica das doutrinas religiosas, impulsionadas pelo advento do Renascimento e pelo crescimento das Ciências Modernas.

Estas reflexões se intensificaram ainda mais, a partir das viagens do século XVIII, com a expansão dos impérios coloniais e a proliferação dos contatos dos europeus com povos de outros continentes. Em certo sentido podemos dizer que a Antropologia, como disciplina autônoma dedicada ao estudo do homem e dos fenômenos culturais, surge neste contexto. Se por muito tempo imperaram as teorias do determinismo biológico e geográfico na tentativa de explicar as diferenças de comportamento entre os homens, com o avanço das pesquisas e o questionamento dos conceitos e pressupostos do etnocentrismo, foi possível mostrar que: nem as características biológicas nem as particularidades dos ambientes físicos são determinantes das diferenças culturais.

Numa perspectiva sócio-antropológica, o termo cultura como conhecemos hoje, foi primeiramente definido por Edward Tylor, (1832-1917) para quem: “tomada em seu amplo sentido etnográfico [cultura] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Tylor abrangia assim em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos (Laraia, 2001).

Tida como marco fundador da disciplina, esta definição, no entanto, foi alvo de inúmeras reformulações e críticas, tornando a palavra “cultura” um conceito extremamente complexo e impossível de ser entendido de modo simplista. Em um estudo aprofundado sobre o tema, realizado no início dos anos 1950, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn encontraram 167 definições diferentes para o termo “cultura”. Ralph Linton, Franz Boas, Radcliff Brown, Malinowski, Levi-Strauss, Leslie White, Clifford Geertz, David Schneider e George Stocking são alguns dos antropólogos que se dedicaram ao assunto.

Etimologicamente a palavra cultura é de origem latina. Como destaca Oliveira deriva do verbo colere (cultivar ou instruir) e do substantivo cultus (cultivo, instrução). Está relacionada ao ambiente agrário, aos conhecimentos, práticas e processos de trabalho com a terra para que ela possa produzir e dar frutos. Ainda hoje, se costuma usar a palavra cultura para designar o desenvolvimento da pessoa humana por meio da educação e da instrução. Disso vêm os termos culto e inculto, usados no jargão popular com uma carga de preconceito e de discriminação, considerando uma cultura (especialmente a letrada) superior às outras. Porém, não existem grupos humanos sem cultura e não existe um só indivíduo que não seja portador de cultura.

Por ter sido fortemente associado ao conceito de civilização, como sendo as realizações máximas de um povo, o termo cultura usado como metáfora para falar do processo de aprimoramento do espírito ou desenvolvimento das artes, muitas vezes foi, e ainda é, confundido com as noções de: educação, bons costumes, etiqueta e comportamentos sofisticados.

Podemos dizer que o termo cultura associado à ideia de civilização como ideal de erudição e aprimoramento técnico, possibilitou, nos séculos XVIII e XIX, o surgimento da dicotomia (e, muitas vezes, hierarquização) entre as chamadas “culturas eruditas” e as “culturas populares”. Dicotomia esta que persiste, ainda hoje, em determinados ambientes e circula difundida pelo senso comum.

De acordo com Williams (1998) e Simth (2001), Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn talvez tenham sido os primeiros autores a investigar a matéria, em 1952. Atentos ao tema, recolheram uma quantidade imensa de definições de cultura de fontes populares e acadêmicas. O estudo feito por Kroeber e Kluckhohn sobre os significados do termo “cultura” apresenta uma grande quantidade de definições acadêmicas de cultura coletadas por eles, muitas das quais dadas por outros antropólogos. Apesar de haver uma certa sobreposição de várias delas eles identificaram seis entendimentos principais: 1. Definições descritivas tendiam a ver cultura como uma totalidade compreensiva feita da soma de todos os campos e produtos da vida social. 2. Definições históricas tendiam a ver a cultura como herança que é passada através do tempo e entre as gerações. 3. Definições normativas que sugeriam que cultura era uma regra

ou modo de vida que moldavam padrões de comportamento e ação concretos ou enfatizavam o papel dos valores sem fazer referência aos comportamentos. 4. Definições psicológicas que enfatizavam o papel da cultura como um dispositivo de resolução de problemas, que permitia as pessoas se comunicarem, aprender, ou preencher necessidades materiais e emocionais. 5. Definições estruturais que apontavam para a “inter-relação organizada entre aspectos isolados da cultura”. 6. Definições genéticas que explicavam a cultura como surgindo da interação humana ou continuando a existir como produto da transmissão entre as gerações. (Smith, 2001; 1)

Apesar de muitas destas definições permanecerem correntes, desde o trabalho de Kroeber e Kluckhohn, os entendimentos sobre cultura têm variado bastante no campo da teoria social. Tanto quanto é possível isolar os sentidos centrais do termo cultura é possível identificar três áreas teóricas que têm sido centrais nos debates, atualmente, como observa Smith (2001; 5): teorias que oferecem as ferramentas para entendermos o fazer cultural; teorias que se preocupam em oferecer modelos para compreendermos a influência que a cultura exerce na estrutura e na vida social; teorias nas quais a conexão entre cultura e indivíduos é o foco da análise, especialmente o que diz respeito aos modos como a cultura conforma a ação humana.

Citando Williams (1998), Smith (2001; 2) diz que todas as mudanças históricas por que passou o termo cultura podem se ver refletidas nos três usos correntes, que se fazem, hoje em dia, dele. O termo cultura é empregado para: referir-se ao desenvolvimento intelectual, espiritual e estético de um indivíduo, grupo ou sociedade; capturar um espectro de atividades intelectuais e artísticas e seus produtos, neste uso cultura é mais ou menos sinônimo de “Artes”; designar todo um modo de vida, atividades, crenças e costumes de uma pessoa, grupo ou sociedade.

Num certo sentido, cultura é uma categoria definida teoricamente como um aspecto da vida social que deve ser abstraído da complexa realidade da existência humana. Como reflete Sewell (1999; 39)

Neste sentido cultura é sempre contrastada com outros aspectos igualmente abstratos da vida social, tais como a economia, política, ou biologia. Usado tanto para reivindicar um campo acadêmico ou disciplinar específico – antropologia, sociologia da cultura –, como para caracterizar um tipo, ou tipos específicos de análise ou método – como por exemplo, estruturalismo, desconstrutivismo, hermenêutica.

Assim, “cultura” – como uma categoria de análise abstrata – só pode ser empregada no singular. Sempre que nos referirmos a “culturas” nós teremos que nos mover para uma segunda acepção da palavra, ainda conforme Sewell (1999; 39),

No segundo sentido, cultura se refere ao mundo concreto e unificado das crenças e práticas. Neste sentido é comumente compreendida como

pertencendo à, ou sendo isomórfica com a “sociedade” ou com um grupo social específico, claramente identificável. Falamos de cultura americana, cultura indiana, cultura de guetos, cultura da classe média. . . O contraste nesta acepção não é entre cultura e não cultura, mas entre uma cultura e outra cultura.

Mas como aponta Williams (1992) não havia um acordo sobre a natureza dos elementos característicos que formavam e produziam estas características. Sabemos que muitas tem sido, desde então, as respostas alternativas e também conflitantes dadas à estas questões, respostas que oscilam entre o entendimento da “cultura” como uma dimensão “totalizadora” e de outro lado um aspecto “parcial” da vida social.

A distinção de crenças e práticas, segundo Sewell, reflete alguns dos impasses do discurso teórico na antropologia contemporânea que podem ser atribuídos a uma irreconhecível elisão dos dois sentidos: entre cultura como um aspecto da vida social e cultura como um conjunto concreto e unificado.

Nós deveríamos ter uma concepção mais clara da cultura como uma categoria da vida social, de modo a podermos lidar com questões teóricas mais concretas sobre como ocorrem as diferenças culturais e como elas se integram no tempo e no espaço. (1999)

Sewell observa também que cultura como uma categoria da vida social tem sido conceituada de muitas maneiras diferentes, dentre as quais destaca: a cultura como um comportamento aprendido – cultura neste sentido é todo um conjunto de práticas, crenças, instituições, costumes, hábitos, mitos e tudo mais criado pelo homem e passados de geração em geração. No entanto, este conceito criticado por ser muito vago, foi sendo substituído, após os anos 1950, por uma conceituação que entende cultura como aquele aspecto do comportamento aprendido que se refere aos sentidos. Mas o conceito de cultura como sentido é na verdade uma família de conceitos relacionados; sentido pode ser usado para especificar uma área ou esfera em pelo menos quatro modos distintos; cultura como a esfera institucional dedicada à produção dos sentidos, cultura como criatividade ou agência, cultura como um sistema de símbolos e significados, cultura como prática.

Porém, embora haja uma multiplicidade de sentidos atribuídos a esta categoria, sendo alguns deles contraditórios entre si, a perspectiva antropológica ampla do termo tem sido a base para o desenvolvimento de inúmeras políticas públicas para o setor cultural e outros a ele relacionados, como o do turismo.

A Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, de 2001, estabelece que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras,

os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

Esta definição está de acordo com as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998) e tem servido de referência para diversos outros documentos como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003).

Turismo

De alguma forma podemos dizer que os termos cultura e turismo, como compreendemos hoje, surgem no mesmo contexto histórico e relacionam-se de modo dinâmico e interdependente.

A expansão colonial dos séculos XVIII e XIX, intensificada com o fenômeno da revolução industrial e a mecanização dos processos produtivos, além de promover a busca por matéria-prima e a conquista por novos mercados, teve como efeito colateral a mudança nos ambientes e nas relações de trabalho, a multiplicação dos meios de transporte, a criação de importantes instituições que irão promover novos hábitos e formas de vida, como práticas de lazer e o turismo. Como apontam Coriolano e Leitão:

A atividade do turismo vem sendo historicamente associada aos modos de produção do trabalho industrial, comercial e financeiro, nos diversos mercados internacionais. Dentro dos paradigmas modernos em que foi significado, o turismo transfigurou-se e fragmentou-se. De lazer para as elites até tornar-se atividade massificada, transformada em mercadoria barata, invenção da sociedade de consumo, o turismo transfigurou-se, revelando, pelos significados e dilemas, a complexidade das sociedades contemporâneas. (Coriolano; Leitão, 2008: 471)

Como em outros campos não há aqui também uma definição única do que seja turismo. A Organização Mundial de Turismo - World Tourism Organization (UNWTO), agência das Nações Unidas responsável pela promoção do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível, compreende turismo como sendo “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros”.

Esta definição, no entanto, tem para alguns autores o inconveniente de privilegiar o lado da procura e não levar em conta as questões relacionadas à oferta do produto turístico, desconsiderando deste modo todas as atividades produtoras de bens e serviços criadas para servir direta e indiretamente os visitantes.

Já Mathieson e Wall (1982) definem turismo de modo mais abrangente pois consideram que turismo é o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais habituais de trabalho e residência, as atividades desenvolvidas durante a permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades. Os autores evidenciam assim, a complexidade da atividade turística e as relações que envolve.

Por sua vez Macintosh e Goeldner (1986) compreendem o turismo como “A soma dos fenômenos e relações decorrentes da interação dos turistas, homens de negócios, fornecedores, governos e comunidades no processo de atrair e hospedar estes turistas e outros visitantes.”

De modo bem amplo o turismo pode ser compreendido como um fenômeno social, cultural e econômico ao mesmo tempo, que implica o deslocamento de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual para fins pessoais ou profissionais, tem a ver também com as atividades realizadas por estas pessoas nesses espaços. Como tal, o turismo tem implicações na economia, no ambiente – natural e construído, sobre a população local e sobre os próprios turistas.

Como apontam ainda Coriolano e Leitão (2008: 468)

O turismo é um campo de estudo afeito a tensões e antinomias. De um lado, é considerado um dos fatores de aceleração do desenvolvimento moderno e, de outro, da intensificação das redes de relações sociais no planeta (características do novo século). As imagens do turismo consolidadas ao longo do século XX, produzirão signos e símbolos impregnados de significados simultaneamente criativos e destrutivos. Ao mesmo tempo em que a atividade turística simboliza o uso e a apropriação (muitas vezes inadequada) de ambientes naturais e culturais, transfigurando-os em espaços de lazer e consumo, concentração de riqueza, especulação, segregação de espaços, degradação de ambientes, destruição de expressões culturais, exploração de trabalhadores, também simboliza o empreendedorismo, a conquista, a descoberta, o sonho.

Madureira (2009) observa que o setor de turismo é hoje uma das maiores “indústrias” do mundo. No entanto, devemos estar atentos para o fato de que seu desenvolvimento pode levar ao esgotamento dos recursos naturais, à descaracterização do patrimônio cultural e desestruturação das redes sociais locais.

Turismo sustentável

Para avançarmos na compreensão do termo turismo sustentável é importante entender que este é a conjunção de duas categorias que têm história e sentidos próprios - turismo e sustentabilidade.

A ideia de sustentabilidade surgiu em abril de 1987, no relatório “Nosso

Futuro Comum” produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento CMMAD/ONU, em decorrência da encomenda feita pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A Comissão composta por 22 autoridades internacionais foi presidida pela Primeira Ministra da Noruega, a senhora Gro Harlem Brundtland. O relatório Brundtland (ONU, 1987), como ficou conhecido, define desenvolvimento sustentável como:

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (Minehira, 2011)

O relatório apresentava ainda, segundo Coriolano e Leitão (2008) como seus princípios norteadores, as ideias de:

- equidade social: direito de cada um (de todos) se inserir no processo de desenvolvimento;
- eficiência econômica: a gestão dos recursos econômicos e financeiros para garantir o funcionamento eficiente da sociedade;
- equilíbrio ecológico: a racionalização do consumo, usos de tecnologias limpas, definição de regras para a proteção ambiental. Promovendo o “espírito de responsabilidade comum” como processo de mudança no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentido harmonioso.

A expressão “Turismo Sustentável”, deriva do conceito de desenvolvimento sustentável e passou a ser usada com maior frequência a partir da década de 90. O conceito de desenvolvimento sustentável, teve grande repercussão e vem sendo amplamente difundido nas últimas duas décadas, tanto na esfera pública como privada, relacionado aos mais diversos campos e ramos de atividade. Claro, Claro e Amâncio (2008: 291) indicam que o conceito passou a figurar sistematicamente na semântica de linguagem internacional, servindo como eixo central de pesquisas realizadas por organismos multilaterais e mesmo por grandes empresas.

Vistos hoje os principais aspectos sobre o conceito de sustentabilidade apontam para o fato de que é preciso considerar o bem-estar econômico, ambiental, sociocultural e político nos projetos e ações de longo prazo. Neste sentido, a sustentabilidade do turismo tem se transformado um assunto central da agenda da OMT (Organização Mundial do Turismo) e dos gestores de destinos além de começarem a ter ressonância na percepção do público.

O que é turismo sustentável?

Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT, turismo sustentável deve ser aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento econômico da atividade, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras. De acordo com o Artigo 3º do Código Mundial de Ética do Turismo o desenvolvimento turístico deve se pautar por:

economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível a produção de dejetos, deve ser privilegiado e encorajado pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.

Estas ações devem ser: socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas, isto é, devem atender às necessidades econômicas, sociais e ecológicas da sociedade buscando acima de tudo a compatibilização entre os anseios dos turistas e os das regiões receptoras, garantindo não somente a proteção do meio ambiente, mas também estimulando o desenvolvimento da atividade em consonância com a sociedade local envolvida, conforme destacado pela OMT, no artigo 3 do Código.

O turismo sustentável se coloca assim como uma alternativa ao turismo de massa, pois busca minimizar os impactos da atividade turística decorrentes da quantidade de pessoas que visitam um destino e das atividades empreendidas por elas nestas localidades. Segundo o Acordo de Mohonk Turismo Sustentável é aquele que busca minimizar os impactos ambientais e sócio-culturais, ao mesmo tempo que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (regiões e países).

Se por um lado a noção de “desenvolvimento sustentável” popularizada pela Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, entendia que este deveria ser atingido através da combinação de três pilares: prosperidade econômica, bem-estar social e preservação ambiental, por outro, duas décadas mais tarde, percebe-se que o conceito de sustentabilidade baseado neste antigo “tripé” precisa ser ampliado. Na opinião de diversos agentes culturais, pesquisadores e representantes da sociedade civil é urgente alçar a cultura ao quarto pilar do desenvolvimento sustentável. Como apontava Giuliana Kauark, em matéria para o site do Instituto Goethe à época da Conferência:

A cultura e a diversidade cultural têm de entrar como um eixo estratégico nos planos de desenvolvimento dos Estados, que hoje pouco se relacionam com elas. Há um potencial grande de relação entre a cultura e o desenvolvimento sustentável de uma localidade”. (Vaz, 2012)

Neste sentido, compreende-se que o planejamento e a gestão do turismo devem estar atentos às questões econômicas, sociais, ambientais e culturais.

Turismo Cultural

Turismo cultural pode ser compreendido como todas as formas de turismo em que o principal atrativo é um aspecto da cultura humana, sejam estes parte do patrimônio material ou imaterial, da história ou do cotidiano. Esta modalidade de turismo, compreende a visita à locais históricos e sítios arqueológicos, quilombos e comunidades tradicionais, museus e pontos de memória, as festas, rituais, manifestações e eventos culturais, feiras e mercados tradicionais, entre outros.

Como aponta Menezes (2011) o turismo cultural tem representado

uma das mais amplas estratégias de desenvolvimento sustentável, já que há uma preocupação em aliar planejamento econômico e de infra-estrutura à percepção da procura por bens culturais e estilos de vida, buscando preservar os recursos naturais e culturais para as gerações futuras e desenvolver a economia.

Como apontado na publicação Turismo Cultural: orientações básicas editada pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, do Ministério do Turismo, (2010)

O comportamento do consumidor de turismo vem mudando e, com isso, surgem novas motivações de viagens e expectativas que precisam ser atendidas. Em um mundo globalizado, onde se diferenciar adquire importância a cada dia, os turistas exigem, cada vez mais, roteiros turísticos que se adaptem às suas necessidades, sua situação pessoal, seus desejos e preferências.

Neste sentido, viajar para conhecer tradições e histórias, vivenciar processos e interagir com outros grupos humanos, aprender sobre o passado de maneira viva tem sido para Menezes (2011) uma das mais fortes tendências na atividade turística atual. Esta modalidade de turismo contempla também eventos artísticos, educativos, informativos ou de natureza acadêmica. Sendo suas principais características a interação duradoura e mais pessoal com o grupo que habita a localidade turística. Ainda para a autora:

a aliança entre cultura, turismo e desenvolvimento econômico pode ser benéfica, pois o turismo é um fenômeno em constante desenvolvimento e tem adquirido crescente importância devido à sua capacidade de promover impactos (negativos e positivos) tanto sobre a economia, quanto sobre as relações sociais, a cultura e o meio ambiente das localidades receptoras de turistas. (Menezes, 2011)

De maneira ampla podemos dizer que o turismo cultural é a atividade econômica relacionada com eventos e viagens organizadas e direcionadas para o conhecimento e lazer em ambientes culturais.

A tendência de aproximação e do diálogo entre os campos da cultura e do turismo é, pois, fruto das sociedades ditas pós-modernas ou pós-industriais, as quais produzem novas representações sociais menos marcadas pelas imagens mercadológicas e mais voltadas aos valores culturais, às identidades, aos sentimentos de pertença, ao poder dos mitos e à carga de simbolismo dos indivíduos e das comunidades consideradas destinos turísticos. A nova mentalidade compreende a atividade turística como rica e diversa cadeia simbólica capaz de reinventar territórios, criar novas sociabilidades e estabelecer novas solidariedades. (Coriolano; Leitão, 2008: 468)

O Turismo Cultural vem crescendo gradualmente em todo o Planeta. Ele não oferece apenas entretenimento, mas principalmente a ampliação do conhecimento dos turistas. Além disso, o turismo cultural tem sido encarado como elemento importante para promover o envolvimento das comunidades com sua história, seus atrativos culturais e sua memória social (LUCAS, 2003 apud Menezes).

Dicas para ser um turista consciente:

- enquanto estiver viajando, minimize os impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais da sua visita;
- seja culturalmente sensível e respeite os costumes locais;
- familiarize-se com as regras e regulamentações do lugar;
- sempre que der desloque-se à pé ou de bicicleta;
- seja cuidadoso em não introduzir plantas e animais exóticos nos ambientes visitados;
- deixe o lugar como você o encontrou;
- não utilize sabão ou detergente em áreas naturais;
- prefira consumir produtos locais;
- respeite a legislação não adquira nem compre espécies raras e/ou ameaçadas de extinção;
- não compre produtos feitos com espécies ameaçadas.

Lembre sempre do ditado que diz: “da natureza não tira nada, a não ser fotos, não se deixa nada, a não ser pegadas, e não se leva nada, a não ser lembranças”.

Modulo II

Patrimônio Material e Imaterial

O que é patrimônio?

O conceito de patrimônio geralmente é relacionado ao conjunto de bens de uma família, pessoa, instituição ou empresa, transmitido por herança. Também é classificado como o “conjunto dos bens materiais e imateriais de uma nação, estado, cidade, que constituem herança coletiva e são transmitidos de geração a geração: o patrimônio cultural brasileiro”.¹ Em linhas gerais, o patrimônio é sinônimo de propriedade, tanto individual quanto coletiva de bens materiais e imateriais.

Muitas vezes o patrimônio pode ser confundido com a noção de propriedade. A ideia de acumulação, preservação e valor de bens não é uma característica essencialmente ocidental, segundo o antropólogo norte-americano James Clifford:

Coleta, posse, classificação e valor não estão, certamente, restritos ao Ocidente; mas, em outras regiões essas atividades não precisam ser associadas à acumulação (em vez de distribuição) ou à preservação (em vez da decadência histórica ou natural). A prática ocidental de coleta da cultura tem sua própria genealogia local, imbricada em noções europeias distintas de temporalidade e ordem (Clifford, 1988: 218. Apud Fonseca, 2005)

A noção de que a acumulação de objetos materiais em torno de um indivíduo ou de um grupo, concebendo a identidade como riqueza, não é universal (Clifford, 1988). Diversos estudos culturais vêm apontando que essas posses também podem ser acumuladas para serem redistribuídas ou simplesmente destruídas. Em determinados contextos culturais o patrimônio assume diferentes significados, podendo não ser separado de seus proprietários ou constituindo extensão moral dos mesmos (Gonçalves, 2003; Mauss, 2003).

Dessa forma, a preservação ou não dos bens culturais é uma atividade de seleção e classificação do que é significativo ao interesse público. É importante destacar os usos simbólicos que os grupos sociais fazem dos seus bens, ou seja, “o valor que atribuem a esses bens enquanto meios para referir o passado, proporcionar

prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento”, como aponta Maria Cecília Lourdes Fonseca em seu livro *O Patrimônio em Processo* (2005: 51).

Segundo Françoise Choay (1992), o interesse público pela preservação de monumentos é ocasionado pelas destruições causadas pela Reforma e Revolução Francesa – apesar de já existir desde o Renascimento a valorização de monumentos religiosos. Tal processo de preservação foi uma consequência da possibilidade de perda de monumentos valorizados como expressões artísticas, somada à eminência da ideia de culto da nação.

O conceito de patrimônio histórico e artístico nacional ocidental, a partir do século XVIII, foi atribuído a capacidade de determinados bens simbolizarem a nação, considerados os seus “valores culturais”. Surge, nesse momento, a ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania, inspirando a utilização do termo patrimônio para “o conjunto de bens de valor cultural que passam a ser propriedade da nação” (Fonseca, 2005: 58). Dessa forma, patrimônio e identidade nacional passam a ser intimamente vinculados à consolidação dos Estados-nações modernos. Estes tornam-se gestores e guardiões de bens reforçando ainda uma noção de cidadania – simbolizada pelas bandeiras, hinos, calendário e obras artísticas (Idem: 59).

Segundo Fonseca (2005), a partir do século XIX dois modelos se consolidaram: o modelo anglo-saxônico, de culto ao passado e valorização ético-estética dos monumentos, com o apoio das associações civis; e o modelo francês, que utilizava o conceito de patrimônio visando o atendimento de interesses políticos do Estado, de caráter eminentemente museológico. Este último modelo influenciou outros países europeus e países da América Latina a partir do século XX, como Brasil e Argentina.

As políticas de proteção do patrimônio no Brasil

A opção entre conservar, coletar, colecionar ou destruir os patrimônios é formulada por critérios específicos que orientam e legitimam os processos de atribuições de valores (Fonseca, 2005). Tais seleções serão exercidas por determinados agentes institucionais no Brasil, passando também por um processo de democratização e participação popular a partir da década de 80, como veremos a seguir.

No Brasil, o Estado assume a proteção jurídica do patrimônio garantida pela Constituição de 1988:

¹ Fonte: Dicionário Aulete.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o Registro, o Inventário e o Tombamento. (Fonte: Portal do IPHAN)²

Entretanto, ainda na década de 1920, segundo alguns autores (Fonseca, 2005, Moraes, 1988), os integrantes do Movimento Modernista brasileiro fomentaram o conceito “brasilidade” e de “preservação da tradição” brasileira. Havia uma peculiaridade no modernismo brasileiro: eles estavam preocupados com a criação de uma nova linguagem, a partir de uma ruptura com o passado, mas também visavam a construção de uma tradição brasileira, no sentido de dar continuidade a um passado. Muitos desses modernistas se dedicaram, por exemplo, a proteção da arte colonial brasileira como manifestação da “autêntica tradição nacional”.

O Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro, originou o primeiro órgão federal de proteção do patrimônio, ainda nos anos 30. A elevação da cidade de Ouro Preto (MG) à categoria de monumento nacional foi a primeira iniciativa federal brasileira de proteção de patrimônio, em 1933.

Já em 1936 foi criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que passou, posteriormente, a ser chamado de IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) sendo, até a atualidade, o principal órgão de proteção e promoção de bens culturais no Brasil, uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura: “cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras”. (Portal do IPHAN)

O SPHAN foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas. O modernista Mário de Andrade elaborou em 1936 o anteprojeto que constitui a base de criação do SPHAN. Após esse documento ser reformulado e adaptado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 30 de novembro de 1937, é promulgado o decreto-lei número 25, que cria o SPHAN e regulamenta o instituto do tombamento.

Mário de Andrade elaborou no documento a valorização da arte, entendida de uma forma peculiar: ela não era apenas a arte erudita de elite, mas também expressa pelas manifestações culturais populares, afirmando o caráter ao mesmo tempo particular, nacional e universal dessa arte “autêntica” brasileira, que merecia a proteção (Fonseca, 2005). Entretanto, a sua preocupação com a valorização do elemento popular que não foi contemplado no decreto-lei número 25 como, por exemplo, proteção de manifestações folclóricas, como lendas, superstições, danças dramáticas. Como veremos à frente a valorização da cultura popular passará a fazer parte das políticas do patrimônio a partir do ano de 2000, com a criação do patrimônio imaterial.

No momento de criação do IPHAN, ainda na década de 70, o seu principal instrumento era o tombamento, ou seja, uma fórmula que possibilita até hoje o compromisso duplo: entre o direito pessoal à propriedade e a preservação de valores culturais. Em outros termos, essa equação tirava da linha do horizonte a figura da desapropriação para tornar algo patrimônio nacional.

O que é Patrimônio Material?

A prioridade dos tombamentos foi dada, primeiramente pelo IPHAN, para os chamados bens tangíveis ou bens de natureza material, aqueles de “pedra e cal” que representavam os remanescentes da arte colonial brasileira. A palavra “tombo”, segundo o IPHAN, significa registro:

(...) [a palavra tombo] começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo. (Fonte: Portal do IPHAN)

A justificativa para o tombamento dos bens materiais era a proteção contra o crescimento acelerado das grandes cidades, especulação imobiliária e comercialização de bens móveis por colecionadores e antiquários. O valor histórico do bem material era um dos critérios para o seu tombamento, privilegiando os bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, sendo que os primeiros bens inscritos foram predominantemente de arquitetura religiosa.

Os bens culturais materiais são classificados segundo sua natureza, e enquadrados em alguns dos quatro Livros do Tombo, segundo o Portal do IPHAN:

² Fonte: Portal IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. (Acesso: novembro, 2015)

1. Arqueológico, etnográfico e paisagístico: “onde são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, que engloba sinais de lugares onde há indícios de atividades humanas, estruturas e vestígios abandonados na superfície, subsolo ou sob as águas, além do material a eles associados. Os bens de valor etnográfico, parques, jardins e as paisagens naturais e culturais também estão nesse Livro. O mesmo ocorre com os monumentos naturais constituídos por formações geológicas, fisiográficas e biológicas”. Exemplos: Parque Nacional Serra da Capivara (PI); Serra da Barriga (AL); Lençóis (BA)
2. Histórico: “onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças)”. Exemplos: As cidades do Rio de Janeiro (RJ), Ouro Preto (MG), Salvador (BA) e Lapa (PR).
3. Belas artes: “onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico particular. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, as belas artes imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade”. Exemplos: Azulejos da Reitoria da Universidade Federal da Bahia (BA); Profetas criados pelo artista Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), em Congonhas (MG).
4. Artes aplicadas: “onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico aplicado. Essa denominação (em oposição às belas artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em bens de diferentes estilos arquitetônicos”. Exemplos: Figura de Cristo que compõe o acervo do Museu das Missões, em São Miguel das Missões (RS); 6 imagens esculpidas em madeira que representam a morte de Nossa Senhora, na Capela de São José, em Canguaretama (RN); forro da capela-mor da Igreja Matriz de São José de Ribamar, erguida no século XVIII em Aquiraz (CE)

Os bens materiais tombados podem ser imóveis, como: cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (Fonte: Portal do IPHAN).³

É importante ressaltar que o tombamento passa também a ser concebido como um instrumento político apropriado pela sociedade brasileira (Fonseca, 2005). Ter um bem tombado pode representar, para grupos socialmente desfavorecidos, uma valorização simbólica. Os tombamentos de bens representativos da presença negra no Brasil como, por exemplo, o tombamento do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, evitou o despejo dessa casa de candomblé centenária, além de reconhecer sua singularidade. Entretanto, os tombamentos também podem carregar uma carga negativa como, por exemplo, a segregação social consequente de tombamentos de cidades históricas. Este foi o caso do Pelourinho, em Salvador. Tal processo de tombamento implicou no remanejamento e saída de moradores antigos (com menor renda) dessa localidade, em consequência da especulação imobiliária (Fonseca, 2005).

O que é Patrimônio Imaterial?

É considerado patrimônio imaterial as práticas sociais, conhecimentos e técnicas que são associadas às comunidades ou grupos. São chamados de “bens imateriais” ou “bens intangíveis” como, por exemplo, as festas, comidas, danças, folgedos, rituais, conhecimentos tradicionais, entre outros. É importante observar que esse tipo de patrimônio, apesar de ter a característica intangível, também possui uma dimensão material, ou seja, é algo que você pode tocar, como: objetos religiosos, alimentos, instrumentos musicais, roupas e etc.

Contudo, o que se sobressai nesse tipo de patrimônio são características imateriais, ou seja, o conhecimento que é produzido e passado de geração em geração, o saber acionado para preparar uma determinada comida, o repertório e formas de cantar e dançar de uma festa, os valores religiosos e morais de algum ritual, a tradição de preparo de algum objeto, entre outras.

O conceito de patrimônio imaterial foi criado primeiramente pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para proteger os rituais e manifestações culturais de determinadas populações. Os chamados patrimônios materiais (os edifícios, monumentos, obras artísticas e sítios arqueológicos), como vimos, já eram protegidos, mas as festas, rituais e conhecimentos tradicionais populares ainda não.

³ Para consultar a lista de bens tombados, acessar o Arquivo Noronha Santos em: <http://portal.iphan.gov.br>

A concepção de “patrimônio imaterial” empregada atualmente nas políticas públicas está inserida em um contexto mais amplo, relacionada diretamente com o debate internacional acerca do tema, capitaneado pela UNESCO, a partir de sua Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972, cujo objetivo era proteger e salvaguardar sítios do patrimônio cultural e natural mais significativos do mundo. Essa agência intergovernamental também desenvolveu mecanismos de valorização dos aspectos intangíveis ou patrimônio cultural imaterial. Segundo a UNESCO, patrimônio imaterial é definido como:

(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.⁴

Posteriormente, tal preocupação foi adotada no Brasil pelo IPHAN o qual desenvolveu políticas públicas para proteger também os bens imateriais. Foi criado o Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como patrimônio cultural brasileiro. Desta forma, o IPHAN iniciou o registro dos patrimônios imateriais no ano de 2002. Entretanto, vale destacar, como já apontado que Mario de Andrade, em seu anteprojeto do SPHAN já considerava bens de natureza imaterial como patrimônio.

Os conceitos de “patrimônio imaterial”, “patrimônio intangível” ou “bem cultural de natureza imaterial”⁵ que foram elaborados pelo IPHAN ressaltam a:

(...) importância que, nesse caso, têm os processos de criação e manutenção do conhecimento sobre o seu produto (a festa, a dança, a peça de cerâmica, por exemplo). Ou seja, procuram enfatizar que interessa mais como patrimônio o conhecimento, o processo de criação e o modelo, do que o resultado [material], embora este seja sua expressão indubitavelmente material. A principal crítica a essas expressões é que estas levam a desconsiderar o resultado da manifestação e suas condições materiais de existência. Não dão conta, portanto, de toda a complexidade do objeto que pretendem definir. (O Registro do Patrimônio Imaterial, 2000: 13)

Patrimônio imaterial”, ou “patrimônio intangível”, ou “bem cultural de natureza imaterial” são designados para registros de festas, danças, artesanato, por exemplo. Eles, diferentemente dos patrimônios de pedra e cal não são tombados, mas sim registrados, já que sua “natureza”, segundo o IPHAN, é eminentemente imaterial.

No Brasil, os tipos de patrimônio imaterial podem ser classificados de acordo com suas características e são divididos em quatro Livros de Registro, segundo o Portal do IPHAN:

1. Livro de Registro de Saberes: “criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Os Saberes são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Geralmente estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais”. Exemplos: Ofício das paneleiras de Goiabeiras; Modo artesanal de fazer queijo de minas, nas regiões do Serro, Serras da Canastra e do Salitre; Ofício das baianas de acarajé; Ofício dos mestres de capoeira.
2. Livro de Registro de Festas e celebrações: “para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social. Celebrações são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras”. Exemplos: Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Festa do Divino Espírito Santo de Paraty; Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim.
3. Livro de Registro de Formas de expressão: “para as manifestações artísticas em geral. Formas de Expressão são formas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define

⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan> (maio/ 2008).

⁵ O conceito “patrimônio imaterial acabou prevalecendo, em detrimento de: “patrimônio oral” e “cultura popular e tradicional”.

normas, expectativas e padrões de qualidade. Trata-se da apreensão das performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são por eles consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade”. Exemplos: Fandango Caiçara; Frevo; Tambor de Crioula do Maranhão.

4. Livro de Registro de Lugares: “para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas. Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais”. Exemplos: Cachoeira de Iauaretê; Feira de Caruaru; Tava, Lugar de Referência para o povo Guarani.

O primeiro bem imaterial registrado pelo IPHAN foi o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (Vitória, Espírito Santo), em 2002. Segundo o IPHAN, tal ofício é caracterizado como um saber que envolve a fabricação da panela de barro, que emprega técnicas tradicionais e matérias primas da localidade para servir também como suporte indispensável para o preparo da moqueca capixaba.

16

Na lista atual do IPHAN, constam mais de 25 bens imateriais registrados no Brasil. Alguns exemplos desses patrimônios imateriais podem ser destacados como exemplos⁶:

Arte Kusiwa - pintura corporal e arte gráfica Wajãpi: “A Arte Kusiwa é um sistema de representação gráfico próprio dos povos indígenas Wajãpi, do Amapá, que sintetiza seu modo particular de conhecer, conceber e agir sobre o universo. Como Patrimônio Imaterial, ela foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2002”.

Círio de Nossa Senhora de Nazaré – “O Círio de Nossa Senhora de Nazaré é uma celebração religiosa que ocorre em Belém do Pará, inscrita no Livro das Celebrações em 2004. Os festejos, que envolvem vários rituais de devoção religiosa e expressões culturais e reúnem devotos, turistas e curiosos de todas as partes do Brasil e de países estrangeiros, constituem um momento anual de reencontro e devoção”.

Ofício das Baianas de Acarajé – “Este bem cultural de natureza imaterial, inscrito no Livro dos Saberes em 2005, consiste em uma prática tradicional de

produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás, amplamente disseminadas na cidade de Salvador, Bahia”.

Frevo – “O Frevo é uma forma de expressão musical, coreográfica e poética densamente enraizada em Recife e Olinda, no estado de Pernambuco. Surgiu no final do século 19, em um momento de transição e efervescência social, como expressão das classes populares na configuração dos espaços públicos e das relações sociais nessas cidades. O Frevo foi inscrito no Livro das Formas de Expressão em 2007”.

Roda de Capoeira – “A Roda de Capoeira foi inscrita no Livro das Formas de Expressão em 2008. A Roda é um elemento estruturante da capoeira - espaço e tempo onde se expressam, simultaneamente, o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e os rituais dessa herança africana, recriados no Brasil”.

Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (Goiás) – “Anos e anos de fé e dedicação fizeram da Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, estado de Goiás, a mais rica expressão de identidade e religiosidade popular da cidade, onde os moradores se preparam durante um ano inteiro para festejar e participar da histórica celebração. Trata-se da segunda manifestação registrada no Livro das Celebrações em 2010”.

Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo: “As Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo foram inscritas no Livro de Registro de Formas de Expressão, em 2007. No começo do século XX, a partir de influências rítmicas, poéticas e musicais do jongo, do samba de roda baiano, do maxixe e da marcha carnavalesca, consolidaram-se três novas formas de samba: o partido alto, vinculado ao cotidiano e a uma criação coletiva baseada em improvisos; o samba-enredo, de ritmo inventado nas rodas do bairro do Estácio de Sá e apropriado pelas nascentes escolas de samba para animar os seus desfiles de Carnaval; e o samba de terreiro, vinculado à quadra da escola, ao quintal do subúrbio, à roda de samba do botequim”.

Jongo no Sudeste: “O Jongo no Sudeste é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. É praticado nos quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro. Foi inscrito no Livro das Formas de

⁶Fonte: Portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br>. (Acesso: novembro, 2015)

Expressão em 2005. Nessa região, é praticado nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Ao longo do processo de Registro, comunidades manifestaram o desejo de participar da discussão: jongo de Campos, tambor da Fazenda Machadinha em Quissamã e jongo de Porciúncula (RJ), jongo de São José dos Campos (SP), jongo de Carangola (MG) e de Presidente Kennedy (ES)”.

Os patrimônios imateriais são escolhidos pela sua importância para determinada população e para o país. Geralmente são manifestações passadas por diferentes gerações e de extrema relevância para certas localidades.

Qual a importância de se preservar os bens materiais e imateriais?

Vale destacar que os estados do país também possuem seus órgãos de tombamento e registro de patrimônio, em âmbito local. No Rio de Janeiro, são responsáveis o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e do Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC) – respectivamente órgãos estadual e municipal.

Foram tombados pelo Inepac, por exemplo, o Mercado Municipal na Praça Duque de Caxias (Angra dos Reis); o Largo do Benedito e Adjacências (Mercado do Peixe, Niterói); o restaurante Albamar (centro do Rio de Janeiro). O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, através do Decreto nº 23162 de 21 de julho de 2003 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Carioca, através da Prefeitura (DGPC) como, por exemplo: Sítio Cultural de Ipanema, Banda de Ipanema, “Lambe-Lambe”, Obra Musical de Pixinguinha, Cordão da Bola Preta, Escola de Samba, Torcida do Flamengo, o Mercado de Madureira e a Feira de São Cristóvão, que foram registrados como “patrimônio imaterial”⁷.

O principal argumento para preservar os bens imateriais e materiais é a sua iminente possibilidade de perda. No caso dos bens materiais, geralmente o tombamento é acionado quando algum local, cidade histórico, objeto artístico esteja sendo ameaçado de se extinguir. Já os bens imateriais são registrados quando uma manifestação cultural que está diminuindo seu fluxo

e não sendo mais passada para as futuras gerações. É também uma forma de enaltecer e incentivar a perpetuação de locais, cidades, sítios arqueológicos, rituais, celebrações, saberes tradicionais e técnicas artesanais considerados importantes para o Brasil. Os tombamentos de bens materiais buscam manter a preservação física do bem imóvel ou móvel. A preservação dos patrimônios imateriais tem por objetivo essencial “manter o registro da memória desses bens culturais”. (Registro do Patrimônio Imaterial, 2000: 15)

Os bens materiais são considerados importantes por ser uma referência histórica de determinado período, manifestados em sua forma artística e material. Os bens imateriais expressam a importância no seu processo de criação e transmissão de conhecimento, e não nos bens em si, embora este tenha a sua expressão indubitavelmente material, como as festas, as danças, peças de cerâmica, comidas, por exemplo. Ou seja, procuram enfatizar que interessa mais como patrimônio o conhecimento, o processo de criação e o modelo do que o resultado.

É importante ressaltar que os patrimônios imateriais são registrados e não tombados, como o caso dos bens materiais. Isto significa dizer que o registro é um inventário sobre as características de determinada manifestação cultural, que depois é transformado em um dossiê para acesso do público. O registro não pressupõe que o bem imaterial vai permanecer imutável. As mudanças são processos inevitáveis. O registro do patrimônio imaterial pretende apenas ter uma referência sobre como certas manifestações ocorrem e quais as modificações que sofre ao longo do tempo. Ele não pretende que esse bem imaterial se torne estático.

Para Conhecer, Ouvir, Ver, Navegar, Procurar:

- Locais para visitar: Mercado de Madureira (RJ), Feira de São Cristóvão (RJ), Museu do Folclore Édson Carneiro (RJ)
- Mapa de cultura: <http://mapadecultura.rj.gov.br/home>
- Manifestações culturais: Festa do Divino Espírito Santo de Paraty (RJ), Círio de Nazaré (PA), Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (BA), Jongo (RJ)
- Leitura: BITAR, Nina Pinheiro. As baianas de acarajé: comida e patrimônio no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011. GONÇALVES, J. R. S. Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Coleção Museu Memória e Cidadania, 2007.

⁷ Ver mais bens em Portal Inepac: <http://www.inepac.rj.gov.br/> e Portal Prefeitura: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/patrimonio-imaterial> (Acesso: novembro, 2015).

Cultura e Território

O que é espaço?

Os conceitos “cultura” e “território” estão intimamente vinculados. Primeiro porque o território é constituído culturalmente ao percebermos a natureza e cultura de forma complementar. Dito em outras palavras, não haveria, inicialmente, uma natureza “dada” e posteriormente uma cultura, “preenchendo” a superfície da natureza. Eles são formados conjuntamente, de forma indissociável.

A palavra “espaço”, foi exaustivamente associada ao seu sentido geométrico e, conseqüentemente, evoca a ideia de uma área vazia que pode, ou não, ser preenchida. O conceito de espaço aparece como fundamentalmente matemático. Falar de “espaço social” pode soar estranho, mas é uma das formas de se pensar o espaço (Lefreve, 1991), que apresentaremos aqui.

O espaço já foi concebido de diversas formas. Segundo o geógrafo Valter do Carmo Cruz (2014), esse campo disciplinar tratou o espaço da seguinte forma:

- Geoeologia do espaço: o espaço é visto como um sistema composto de fluxos de matéria e energia (espaço fisioecológico).
- Fenomenologia do espaço: a espacialidade percebida como experiência subjetiva, através da corporalidade e sensibilidade (o espaço vivido).
- Semiótica do espaço: o espaço compreendido como linguagem, formado por um conjunto de signos, símbolos e significados (o espaço simbólico e cultural)
- Economia política do espaço: espacialidade vista como produto, condição e meio das relações sociais de produção (o espaço socialmente produzido).
- Governamentalidade do espaço: a espacialidade entendida como um campo de forças e antagonismos, um campo de disputas, poder e conflito (o espaço politicamente disputado).

O geógrafo Milton Santos é uma importante referência para a formulação do espaço constituído socialmente. Para ele, o espaço é “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (2012: 21). Ele propõe que devemos trabalhar com noções fundadoras do espaço: a técnica, o tempo, a intencionalidade, materializados nos objetos e ações. Para o geógrafo, o espaço pode ser percebido como uma “forma-conteúdo”, ou seja, como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separada de seu conteúdo, e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou (2012: 25).

Milton Santos apresenta seu conceito de espaço como o “resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade”: o espaço é a sociedade encaixada na paisagem (Cassab, 2008). Santos formula que o espaço só pode ser compreendido pela sua totalidade, e não pela soma das suas partes. Ou seja, o caráter de síntese do espaço é expresso por essa indissolubilidade.

(...) O espaço se caracteriza por ser híbrido, ou seja, pela inseparabilidade entre o natural e o artificial. O espaço seria a síntese, permanentemente provisória, entre o conteúdo social e as formas sociais. Assim, o espaço seria a forma e a vida que a anima, um conjunto de valores sempre em mutação. Daí a impossibilidade de se pensar o espaço desassociado da sociedade. Não existe espaço sem homem (...).

Entendido por Santos como a união dos sistemas naturais e históricos materiais, o espaço, como visto, seria formado pelo “conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial e mais o seu uso ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política” (SANTOS, 1999, p.5). Nesse espaço se abrigam todos os homens, instituições e organizações, onde tudo está contemplado e onde se realizam os diversos e diferentes fluxos. (Cassab, 2008:105)

A partir dessa noção, Santos propõe a noção de “território usado”. Segundo o geógrafo, é necessário ponderar a forma de utilização do espaço, tanto pelo caráter de ser um processo histórico de constituição, quanto pela base material e social das ações humanas.

Qual a diferença entre território e espaço?

O espaço é concebido por Santos a partir de uma perspectiva geográfica integradora e “totalizante”. Ele utiliza a expressão “território usado” como relacionado diretamente com a noção de “espaço geográfico”.

O conceito de território teve a sua origem na noção de “solo pátrio”, significando basicamente “território nacional”, ou seja, a base material do Estado-nação (Cruz, 2014). Valter do Carmo Cruz revela que a partir da década de 1960 houve uma ampliação desse conceito, passando a considerar os fatores sociais e culturais, além de ser uma manifestação de relações de controle e poder. Já a partir de 1980, aponta o geógrafo, surgiu uma ideia de contestação de território, revelados por estudos feministas, anti-raciais, pós-coloniais e descoloniais. Atualmente, há um desdobramento dessa visão sobre território, apresentando a importância das lutas sociais e o território como um instrumento político.

O termo “território” nasce, segundo o geógrafo Rogério Haesbaert (2004), com uma dupla conotação: material e simbólica. Por um lado, aproxima-se etimologicamente terra-territorium, ou seja, dominação jurídico-política da terra e também aproxima-se da ideia de terreo-terror (terror, aterrorizar). Para ele, território está relacionado, assim, tanto com a ideia de dominação jurídica e política da terra, quanto com a inspiração do terror e do medo daqueles que são submetidos a tal dominação, podendo ser aliados da terra, ou impedidos de entrar no territorium. Entretanto, pondera o geógrafo, para aqueles que tem o privilégio de usufruir do território, ele inspira a identificação (positiva) e a efetiva apropriação.

Claude Raffestin, ao escrever *Por uma Geografia do Poder* (1993), contribuiu de forma marcante para a difusão do conceito de território. O autor compara e confronta os conceitos de espaço e território, formulando que essas duas categorias possuem valores diferenciados. Raffestin argumenta que “o espaço é anterior ao território; o território se forma a partir do espaço pela ação do homem; é definido a partir das relações de poder (econômicas, políticas e culturais) e é a principal categoria de análise da realidade” (Abrão, 2010: 54-55). Para Raffestin, território e espaço não são equivalentes, o espaço é o palco onde se constrói o território. “Portanto, para ele, ao se apropriar do espaço, por meio do trabalho humano, os atores territorializam o espaço. O território, nesse sentido, revela relações marcadas pelo poder” (Vieira, Vieira, Knopp, 2010: 7).

Já para Rogério Haesbaert o território é, antes de tudo, um território simbólico e um espaço de referência fundamental para a construção de identidades, como veremos a frente. O conceito de território, para Haesbaert (2007:42), deve partir do pressuposto de que:

- Primeiro: “é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos, o segundo é muito mais amplo que o primeiro”.
- Segundo: “o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza)”;
- Terceiro: “o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica”.

O geógrafo propõe assim que podemos pensar o território a partir de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais e culturais, sendo primordial a contextualização histórica do território que será abordado.

Ou seja, alerta para não tomarmos o território como um dado, “natural”, mas social e simbolicamente construído. O autor ressalta, entretanto, que o território é também constituído por relações de poder, tanto “materiais (relações econômico-políticas) quanto simbólicos (culturais), concordando com Milton Santos” (Haesbaert, 2004:40).

Resumindo, Haesbaert formula que a sua conceituação de território leva em consideração a síntese de diversas dimensões. É formado desde a concepção política, em que o território é visto como um “espaço delimitado e controlado”, onde são exercidos poderes, em sua maioria, relacionados ao poder do Estado, o poder institucionalizado; a dimensão culturalista ou simbólico-cultural, relacionada ao território como produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido, uma relação mais subjetiva; e, finalmente, a dimensão econômica que enfatiza o território como fonte de recursos e incorporando o embate entre classes sociais e da “relação capital-trabalho” como um “produto da divisão territorial do trabalho” (Haesbaert, 2004:40).

Segundo Zambrano (2001) território pode ser conceituado como:

(...) o espaço terrestre, real ou imaginado, que um povo (etnia ou nação) ocupa ou utiliza de alguma maneira, sobre o qual gera sentido de pertencimento, que confronta com o de outros, e organiza de acordo com os padrões de diferenciação produtiva (riqueza econômica), social (origem de parentesco) e sexo/gênero (divisão sexual dos espaços) e [sobre o qual] exerce jurisdição”. (Zambrano, 2001: 29. Apud Haesbaert, 2005: 6781)

Dessa forma, o território pode ser compreendido como desempenhando uma funcionalidade, entretanto, tal funcionalidade será formada pela carga simbólica que o território carrega.

Globalização, fronteiras territoriais e multiterritorialidade

O território é pensado, assim, como um “espaço-tempo vivido” (Haesbaert, 2004), ao abordarmos o território a partir de diferentes dimensões que se cruzam e complementam, pelo seu caráter polissêmico, expresso por categorias jurídicas, culturais e econômicas: não podemos isolar nenhum desses fatores, pois são características fluidas e inter-relacionadas.

Trata-se de uma perspectiva território relacional, ou seja, que é constituído de relações de poder, expresso tanto pela dominação dos recursos e mercadorias (lógica econômica), quanto pela apropriação subjetiva do território para a construção de identidades (lógica cultural e simbólica), carregando as experiências e vivências de grupos e indivíduos.

Dessa forma, o olhar volta-se para o território enquanto carregado de sentidos e práticas sociais e simbólicas. Admite-se hoje, a partir dessa perspectiva, a possibilidade de existência de uma “multiterritorialidade”, ou seja, “uma multiplicidade de territórios que podem conviver num mesmo espaço mediante a conexão flexível de um território com outros territórios multifuncionais (lógica econômica) e multiculturais (lógica cultural-simbólica)” (Vieira, Vieira e Knopp, 2010:8).

A pluralidade característica do território ou multiterritorialidade significa que num mesmo território coexistem os territórios plurais, expressos pelos diferentes grupos e indivíduos que os habitam. Por exemplo, um grupo imigrante reterritorializa, em outro contexto, suas relações, trazendo para aquele espaço outros símbolos e significados. Tais grupos coexistem em determinados territórios, integrando-se e também demarcando fronteiras simbólicas.

Há implícito ao conceito de território, portanto, a concepção de desterritorialização, como Gilles Deleuze e Felix Guattari formulam em *O que é a Filosofia?*

(...) Já nos animais, sabemos da importância das atividades que consistem em formar territórios, em abandoná-los ou em sair deles, e mesmo em refazer território sobre algo de uma outra natureza (o etólogo diz que o parceiro ou o amigo de um animal “equivale a um lar”, ou que a família é um “território móvel”). Com mais forte razão, o hominídeo, desde seu registro de nascimento, desterritorializa sua pata anterior, ele a arranca da terra para fazer dela uma mão, e a reterritorializa sobre galhos e utensílios. Um bastão, por sua vez, é um galho desterritorializado. É necessário ver como cada um, em qualquer idade, nas menores coisas, como nas maiores provações, procura um território para si, suporta ou carrega desterritorializações, e se reterritorializa quase sobre qualquer coisa, lembrança, fetiche ou sonho (Deleuze e Guattari, 91:66. Apud Haesbaert, 2004: 39).

Dessa forma, o conceito de territorialização pressupõe a existência e correlação intrínseca com a desterritorialização. Rogério Haesbaert, ao formular que o território tem um caráter político de dominação e um caráter simbólico de apropriação por diversos grupos sociais, aponta que existe uma sobreposição de territórios denominada multiterritorialidade. Assim, o território, ao ser pensado pela multiterritorialidade, é um produto socioespacial onde são ativadas relações concretas e simbólicas. Elas são articuladas aos interesses políticos e econômicos promovidos por um sistema altamente concentrador, segundo o autor (Abrão, 2010: 54-55).

Tal debate sobre desterritorialização foi amplamente veiculado pelas ideias de “globalização”, por exemplo. Autores que tentaram explicar esse fenômeno

apontam para um intenso processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização como consequência essencialmente moderna. Entretanto, essas dinâmicas espaciais sempre existiram, sendo intensificadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Para Haesbaert (2007), o conceito de globalização ou mundialização difundidos no fim do século XX traz uma imagem recorrente de homogeneização sócio-cultural, econômica e espacial. Tal processo de homogeneização característico da globalização traria, supostamente, em consequência, a dissolução de identidades locais, tanto economicamente, quanto culturalmente, para uma unidade lógica universal. Outros autores argumentam que a chamada globalização, ao contrário, fortaleceria a intensa fragmentação expressa pelos aspectos econômicos capitalistas, realçando, inclusive, a fragmentação da ordem cultural. Para os últimos, a cultura também é usada como produto, por exemplo, o multiculturalismo das metrópoles, quanto pela resistência política à homogeneização.

Entretanto, argumenta o geógrafo, esse processo não tem apenas estes dois caminhos, da homogeneização ou fragmentação. Para ele, o território trata-se de um espaço socialmente partilhado onde haverá sempre a disputa, ou seja, sendo apropriado simbolicamente e dominado política e economicamente.

A globalização, portanto, não é um processo que se restringe somente ao domínio econômico, existem diferentes “graus de globalização”, suas manifestações e seus efeitos em outras esferas da sociedade: “Nessa percepção, a globalização é uma metáfora que explica vários processos em andamento, com a perspectiva de uma sociedade global, mantendo-se, contudo, as identidades nacionais” (Abrão 2010).

A globalização pode ser entendida como um processo em aceleração das relações entre tempo e espaço a partir da década de 1960, mas não é uma “invenção” moderna. Entretanto, as fronteiras e distâncias espaciais foram significativamente ressignificadas com tal aceleração temporal de integração: “tempo e espaço foram comprimidos em função da velocidade de processamento dos fluxos de informação proporcionada pelas novas tecnologias da informação e pela evolução dos meios de transporte” (VIEIRA, 2001. Apud Abrão, 2010). O reordenamento temporal e espacial passa a propor uma nova articulação de poder, por isso, alguns autores propõem que não existe uma globalização, mas múltiplas globalizações:

Longe de ser singular, a globalização é plural, com características não lineares e assimétricas. É em si dialética, pois dela emergem diversidades, desigualdades, tensões, confluências, acomodações e contradições. É, concomitantemente, geradora de homogeneidades e heterogeneidades. “Se

por um lado a globalização pressupõe uma homogeneização nas relações econômicas entre países, por outro, em termos práticos, prevalece uma heterogeneidade onde se aprofundam diferenças sociais internas e externas devido à concentração de riquezas” (Mariz & Andrade, 2006). Coexistem, em termos gerais, a unipolaridade (no sentido de predomínio) político-ideológica (capitalista neoliberal) que emana dos países cêntricos na economia mundial e a multipolaridade produtiva global. É por causa desses diferentes efeitos e das suas diversas facetas que autores como Boaventura Santos (2005) falam da existência de não apenas uma globalização, mas de múltiplas globalizações. (Abrão 2010).

O conceito de multiterritorialidade, segundo Rogério Haesbaert (2005) aparece como uma resposta a suposta desterritorialização característica da globalização. O “mito da desterritorialização”, argumenta o geógrafo, é associado a ideia de perda ou desaparecimento dos territórios. A desterritorialização é um mito porque é incapaz de “reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais”. (2005: 6774). Ou seja, para ele, mais do que uma desterritorialização, há um processo complexo de multiterritorialização.

A multiterritorialidade é primordialmente concebida como a capacidade de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e, segundo o autor é um resultado da “sobreposição” de territórios, hierarquicamente articulados, “encaixados”. Há uma mudança não apenas quantitativa (pela maior diversidade de territórios colocados ao dispor), mas também qualitativa “na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência concomitante de uma enorme gama de diferentes territórios” (2005: 6783). Existe a possibilidade de ser vivenciada as suas múltiplas modalidades, como por exemplo a mobilidade “virtual” e a mobilidade física, num mesmo conjunto, formando um novo tipo de “experiência espacial integrada”:

Falar não simplesmente em desterritorialização mas em multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade. Inspiramo-nos aqui no “sentido global de lugar” proposto por Doreen Massey (2000[1991]). Criticando as visões mais reacionárias que vêem o lugar apenas como um espaço estável, de fronteiras bem delimitadas e identidades fixas, um pouco como nos territórios-zona aqui comentados, a autora propõe uma visão “progressista” de lugar, “não fechado e defensivo”, voltado para fora e adaptado a nossa era de compressão de tempo-espaço. (Haesbaert, 2005: 6783)

Com as mudanças espaço temporais decorrentes desse processo e a percepção do território como um espaço de dominação e apropriação, o território passa a

ser pensado como composto de fronteiras fluidas e formador de demarcadores identitários e também mutáveis.

Território e identidade

O território passa a ser um instrumento político de afirmação de identidades coletivas, através de movimentos que reivindicam o reconhecimento, por exemplo, de terras indígenas, o reconhecimento de terras das comunidades remanescentes de quilombolas, a criação de reservas extrativistas (seringueiros, castanheiros e outras populações extrativistas), acordos de pesca, entre outros. Tratam-se de lutas pelo reconhecimento dos chamados “direitos territoriais” reivindicados por esses grupos, vinculando fortemente a afirmação identitária e a territorialidade (Cruz, 2007).

Tal processo de apropriação de “identidades territoriais”, segundo Cruz (2007), são mobilizadas por movimentos sociais pautados numa intensificação da “politização da cultura” ou de “política cultural”, “dando visibilidade e significância às territorialidades e aos modos de vida “tradicionais” com suas histórias, memórias e saberes de longa duração, sedimentada num conjunto de práticas e de representações que têm densidade e espessura no cotidiano de um espaço vivido” (2007:15). Simultaneamente, para o geógrafo, há um processo de valorização de projetos futuros, “projetos pautados em estratégias políticas e organizacionais articulados em escalas mais amplas e ligados a outras formas de saber (saber científico) e ao conjunto de discursos, ideologias e representações pautadas num espaço concebido” (Idem). Tratam-se de projetos que buscam preservar modos de vida e também proteger saberes tradicionais relacionados à territórios como, por exemplo, patente de produtos naturais locais.

Dessa forma, “identidades” passam a ser reforçadas com o processo de “desterritorialização” característico da globalização, “reterritorializando” grupos sociais em torno de simbologias, necessidades e saberes em comum. Tal “identidade territorial” é sempre simbólica, reelaborada e ressignificada constantemente pelos seus agentes. A complexidade das relações espaço-temporais levam a constituição de múltiplas territorialidades, fazendo com que as identidades também sejam construídas nesse movimento, segundo Haesbaert. Por exemplo, as identidades imigrantes são vistas equivocadamente como processos identitários “desterritorializados”. Mas contesta o geógrafo, por mais que os fluxos migratórios representem uma desterritorialização, tais grupos recriam territorialidades múltiplas, onde as “pessoas se reconhecem e desenvolvem vínculos identitários no território de destino do imigrante” (Araújo & Haesbaert, 2007).

Políticas públicas, território e cultura no Rio de Janeiro

A partir do panorama envolvendo cultura e território, e as políticas identitárias resultantes dessa vinculação, é importante ressaltar as políticas públicas desenvolvidas, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro sobre o tema como, por exemplo, a Superintendência de Cultura e Território da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro. Segundo o seu Portal⁸, ela consiste em:

A Superintendência de Cultura e Território é o setor da Secretaria de Estado de Cultura responsável pela formulação, fomento, execução e acompanhamento de políticas públicas no âmbito da diversidade cultural e da ação cultural junto à juventude de territórios populares do estado. Suas ações são voltadas especialmente para os territórios e segmentos sociais mais vulneráveis, reconhecendo sua potência criativa, e buscando auxiliá-los no desenvolvimento de ações culturais pautadas pelos princípios da autonomia, do protagonismo e da capacitação social.

As atividades são implementadas através de duas coordenadorias:

- Coordenadoria de Cultura, Cidadania e Juventude: “A Coordenadoria de Cultura, Cidadania e Juventude tem como objetivos promover ações de formação e aperfeiçoamento artístico, de empreendedorismo, gestão cultural, e de cidadania junto aos artistas, agentes e produtores culturais dos territórios populares do estado do Rio de Janeiro, especialmente a população jovem (15 a 29 anos)”. (Portal Secretaria de Cultura do Estado)

Dentre as principais ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Cultura, Cidadania e Juventude contemplam, por exemplo, subsídios para a elaboração de políticas públicas e programas de governo; elaboração e execução de editais (como os de “Criação Artística no Funk”, de “Cultura Digital”, e o de “Microprojetos Culturais/Favela Criativa”); interlocução com parceiros e gestão de parte do Programa Favela Criativa junto à Light e a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (programa Caminho Melhor Jovem/BID); realização de feiras e atividades de circulação artística e cultural (Feira e Circuito Favela Criativa);

- Coordenadoria de Diversidade Cultural: “(...) executar políticas de reconhecimento e fortalecimento das identidades territoriais e de promoção da diversidade cultural, buscando garantir o acesso democrático aos bens culturais fluminenses, além de coordenar e executar as atividades relacionadas à rede de Pontos de Cultura do estado do Rio de Janeiro”. (Portal Secretaria de Cultura do Estado)

As suas principais atividades são relacionadas à Gerência de Pontos de Cultura, que totalizam cerca de 230 iniciativas culturais da sociedade civil, promovem, ao longo de três anos, cursos, oficinas, espetáculos e eventos, em 83 municípios do estado; participação nas reuniões mensais do Fórum Estadual dos Pontos de Cultura; atuação no Conselho Estadual de Economia Solidária, desenvolvido pela Superintendência de Ocupação, Renda e Crédito da Secretária de Estado de Trabalho e Renda. Através do Comitê Intersetorial de Economia Solidária, auxiliam a construção do Plano Estadual, considerando a transversalidade dos projetos dos Pontos de Cultura com a questão.

Já a Gerência de Identidades Culturais tem como suas principais ações: Desenvolvimento de ações de estímulo, fortalecimento e intercâmbio de mestres e grupos tradicionais das culturas populares, grupos identitários da cultura fluminense, grupos culturais rurais e de culturas urbanas; Formação e a consolidação de redes colaborativas; Elaboração e execução de editais (como o “Prêmio de Mestres e Grupos das Culturas Populares”, o de “Registro de Tradição Oral”, o de “Carnaval” e do “Prêmio de Cultura Afro-Fluminense”); Difusão da Cultura Indígena e Centro de Referência da Cultura Indígena: organização da participação dos indígenas em Feiras; Oficinas e consultorias junto com o Rio Criativo para apoio à elaboração de projetos culturais; Produção de eventos de celebração da Cultura Indígena (como a “Semana Estadual da Cultura Indígena”, “Dia da Cultura Indígena” e “Dia Internacional da Cultura dos Povos Indígenas”); planejamento e produção das Oficinas Indígenas (com atividades culturais como exposição de artesanato, oficinas de culinária, oficina de canto e dança, oficina de saúde e ervas medicinais, rodadas de conversa, contação de histórias, pintura corporal, mostra de vídeo, entre outras).

Para Conhecer, Ouvir, Ver, Navegar, Procurar:

- Museu do Pontal, Rio de Janeiro: <http://www.museucasadopontal.com.br/>
- Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.cultura.rj.gov.br/>
- Manifestações culturais: Jongo do quilombo de Quissamã (Valença, RJ); Folia de Reis de Macuco (RJ); Ciranda Caiçara de Tarituba-Paraty (RJ); Pedra do Sal (RJ);
- Leitura: PIMENTEL, Alexandre & GRAMANI, Daniella & CORRÊA, Joana (org.) Museu Vivo do Fandango. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

⁸Disponível em <http://www.cultura.rj.gov.br/superintendencia/superintendencia-de-cultura-e-territorio> (Acesso: novembro, 2015).

Módulo IV

Cultura Urbana e Cultura da e na Favela: Diversidade Cultural e Direitos Culturais

O que é cultura urbana?

No início do século passado o norte-americano Louis Wirth (1979) propõe uma teoria sociológica do urbanismo. Wirth traz uma abordagem sociológica da cidade, chamando a atenção para as características peculiares da cidade como uma determinada formação humana, como um “modo distinto de vida”. O urbanismo, então, é definido como o “complexo de caracteres que formam o modo de vida particular das cidades” e a cidade “como um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos” (pg. 96).

O sociólogo Park (1916) também no início do século XX, considera que a cidade não é fruto apenas da aglomeração de homens individuais, mas se apresenta como um “estado de espírito” formado por um corpo de costumes, tradições e sentimentos organizados, produtos da natureza humana. Quanto à organização local, Park destaca a observação da planta da cidade em sua estrutura e ordem moral, tratando de aspectos como a vizinhança e suas consequências para o convívio grupal. A vizinhança é definida a partir da proximidade e do contato entre os vizinhos, estimulando interesses e associações locais. É também a base do controle político. A cidade moderna, ao contrário da antiga (baseada em laços familiares, associações locais, tradição, casta e status), é uma conveniência de comércio, configurando-se em torno da praça do mercado. Diante da competição industrial e da divisão do trabalho que estimularam a formação de mercados e das trocas mediadas pelo dinheiro, Park enfatiza que as vocações assumem um caráter de profissão, a partir da crescente especialização e da racionalização da técnica.

No que tange à cultura, Park destaca uma crescente substituição dos laços primários pelos secundários, gerando novos hábitos e valores. Neste contexto, instituições tradicionais como a igreja, a escola e a família são resignificadas. A escola, por exemplo, tem assumido algumas funções da família, como

o surgimento de um novo espírito de vizinhança e de comunidade. Neste sentido, estas instituições: a escola, a igreja e a família devem ser estudadas tendo em vista este reajustamento.

A brasileira Maria Lucia Aparecida Montes (1996), mais recentemente, disse que à primeira vista diversos estilos de vida abrigados no espaço das grandes cidades não se articulam entre si. Mas, segundo ela, aos poucos, ao analisarmos o espaço urbano, percebemos que as cidades não são somas de fragmentos desconexos. Aos poucos, a totalidade caótica de sua diversidade começa a revelar a lógica que a ordena, permitindo recuperá-la como totalidade que pode ser compreendida. Em cada uma das práticas realizadas nas cidades se condensariam experiências comuns. Um aspecto importante da cidade seria uma certa impessoalidade que comandaria a vida urbana e que traz, ao mesmo tempo, em seu bojo, a necessidade do indivíduo recriar contatos próximos, numa escala em que as relações sociais podem adquirir significado e valor na vida de cada um.

Guilherme Magnani (2008), um antropólogo contemporâneo, colocou as cidades brasileiras como foco de pesquisa. Ele defende uma revisão das oposições que são feitas entre as cidades e os meios rurais. Uma oposição clássica coloca as cidades como espaços de impessoalidade e os meios rurais como espaços nos quais os vínculos entre as pessoas são mais fortes. Segundo ele, nas cidades convivem “aspectos desagregadores” com os “arranjos” que os habitantes realizam para viver (vínculos de sociabilidade e relacionamento). No meio urbano existe uma combinação entre o “antigo” e “moderno”; o “conhecido” e o “novo”; o “tradicional” e a “vanguarda” etc.

De que favela falamos?

Para compreender a ideia de cultura na e da favela é preciso contextualizá-la como uma parte das cidades brasileiras. Podemos pensar as favelas (ou as sub-áreas das favelas) como espaços nos quais as relações sociais entre os moradores podem ser vividas em uma escala de maior proximidade, onde sentidos singulares podem ser forjados, mas sem perder de vista que as favelas fazem parte das cidades e dialogam permanentemente com as outras áreas. Infelizmente, o diálogo entre a favela e o resto das cidades tem sido marcado por tensões.

Primeiramente, é preciso pontuar que seria muito difícil falar de forma geral sobre todas as favelas brasileiras. Por isso, o nosso foco será numa cidade específica, o Rio de Janeiro, localizando questões culturais que ocorrem mais especificamente nas suas favelas. Mesmo assim, é preciso ressaltar que as

favelas da cidade são territórios heterogêneos entre si, que as expressões de cada espaço são singulares, não sendo possível fazer grandes generalizações. Assim, com o devido cuidado, vamos abordar aqui algumas questões socioculturais que perpassam uma quantidade expressiva de favelas da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que ocorram de formas particulares.

O Morro da Favella (criado em 1897), atual morro da Providência, no Rio de Janeiro, é apontado como o fundador do termo “favela”. A socióloga Licia do Prado Valladares em seu livro *A invenção da favela: do mito de origem à favela* aponta que este é um mito de origem que encontra ressonância até hoje: esse morro foi formado por combatentes de Canudos que se instalaram ali para pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus salários. A categoria “favela” passou assim a denominar “qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçados de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos” (2005: 26).

No século XX, explica a socióloga, passam a usar a palavra “favela” para designar um “habitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas”. (2005: 26). Entretanto, mesmo antes da criação da categoria “favela”, já havia aglomerações semelhantes à Providência ainda no século XIX. Ou seja, locais com as mesmas características ao Morro da Favella existiam antes do surgimento do mesmo, mas não eram denominadas “favela”.

A autora aponta que a favela passa a ser vista como um “problema”, representado por diferentes focos, e por isso, deveria ser removida. Na Primeira República os princípios higienistas guiavam um urbanismo nascente na cidade do Rio de Janeiro. As remoções de favelas significavam, nesse contexto, uma concepção da favela como um problema eminentemente de saneamento e urbanismo, característico do período Pereira Passos.

Os discursos sobre a favela, apontando-a como um problema, tiveram diferentes facetas, considerando o período de 1950 a 1990 no Estado do Rio de Janeiro. A favela já foi enfatizada como: um problema de habitação; um problema político; e como um problema de criminalidade e violência. De acordo com essas concepções, tanto formuladas pelos “intelectuais”, como pelo “senso comum”, foram aplicadas políticas públicas para a resolução do que chamavam de problema.

Em relação à primeira formulação, a favela aparece como eminentemente vinculada à expansão urbana e demográfica, consequência principalmente da migração nordestina aos centros urbanos atrativos. A favela, nesse ponto de vista, foi considerada como uma “habitação insalubre”. E assim, o problema habitacional era um problema de saúde pública, portanto, um problema nacional. A migração rural-urbano passa a ser mobilizador da atenção pública e as favelas passaram a ser vistas como “quistos rurais” e “territórios do desvio”

desses imigrantes. Porém, segundo Valladares, a favela é uma resposta aos problemas de acesso à cidade: moradia inacessível via mercado de terras e via salário, ou seja, a precariedade da inserção urbana.

Ao considerá-la como um problema de habitação e saúde pública, a remoção foi facilmente adotada como uma política para resolver o problema da favela. Licia do Prado Valladares, no livro “Passa-se uma casa”, desenvolve bem a análise dessas tentativas de resolver o problema da favela, visto como um problema habitacional e, assim motivando políticas públicas de remoção de favelas aos conjuntos habitacionais.

A socióloga aponta que com a criação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social na Área Metropolitana do Grande Rio) em 1968, a remoção vira uma prática frequente, que deu início a uma grande operação de remoção nas favelas da zona sul, entre elas Catacumba, Ilha das Dragas, Praia do Pinto, etc. Em seu trabalho a autora focaliza o processo de remoção, da perspectiva de quem passava por ele, isto é, dos moradores das favelas e dos conjuntos habitacionais da COHAB-GB (Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara). O programa de remoção não impediu o crescimento das favelas remanescentes e o surgimento de novas, tendo um efeito “diametralmente oposto” ao esperado, constata Valladares. A explicação desse fenômeno é que as causas dos crescimentos das favelas não foram “atacadas” pelo programa de remoção. A ação governamental era apenas pautada na questão puramente habitacional e de uso do solo, sem levar em consideração as características da população residente na favela específica e o que as levaram a habitá-la. Nas palavras da autora:

A favela não é simplesmente resultante de uma crise habitacional no contexto de um processo de urbanização acelerado. (...) A favela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a se perpetuar e o processo de acumulação de capital é cada vez maior (Valladares: 1978, p. 44).

A localização da favela aparece como um ponto importante para esses residentes, pois a facilidade do acesso ao mercado de trabalho e a economia em transporte, além do baixo custo da moradia, configuram-se numa “solução orçamentária”. As intervenções feitas nas favelas não levavam em conta esses fatores.

Com a mudança de foco sobre a representação da favela, atualmente mais voltadas à associação com a criminalidade e a violência, permanece a concepção de que a favela é um problema que deve ser resolvido. Os moradores das favelas, em consequência da vinculação desse local com a ideia de criminalidade violenta, são intimamente afetados em sua representação. A favela é legitimada em muitas pesquisas, como afirma Janice E. Perlman, através do “mito da marginalidade”.

Um bom ponto para a crítica à ideia de marginalidade, refere-se a ideia comum de que existe um tipo único de favelado, aponta o sociólogo Machado da Silva (2011). Geralmente não consideradas as diferenças internas dos próprios moradores das favelas, a pluralidade de representações que produzem, vistos como uma expressão uniforme de relações sociais, valores e crenças.

O tema da favela, a partir dos anos 1990, expressa um renovado interesse no campo intelectual e político; as pesquisas sobre favelas ganharam peso através de políticas públicas como, por exemplo, o Programa Favela-Bairro lançado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 1993. Os estudos sobre o tema passaram a construir a representação da favela como “território da violência, como lugar de todas as ilegalidades, como bolsão da pobreza e da exclusão social”, fazendo circular as imagens da favela como uma fratura social ou reflexo de uma “cidade partida” (Valladares, 2005: 20). Segundo a autora, os temas violência urbana e segregação socioespacial parecem convergir em uma associação quase exclusiva entre favela e pobreza, fazendo dessa associação uma suposta especificidade e definição da favela.

A favela, apesar de continuar sendo vista como um problema de políticas públicas, passa a ser alvo de tentativas de inclusão à cidade a partir da ideia da favela como um Bairro, desde a década de 90, e mais atualmente com a percepção da favela “ocupada” ou “pacificada”.

Favelas e periferias como espaços de luta e potência

As favelas e periferias têm sido vistas historicamente, como exposto, como um espaço de escassez (sem esgoto, sem pavimentação, sem riqueza, sem segurança etc). Ao mesmo tempo, os moradores de favela são vistos com desconfiança. Eles são, muitas vezes, considerados possíveis marginais apenas por morarem nesses espaços. A difusão dessas ideias principalmente pelos meios de comunicação acaba ressoando nas diversas formas como o Estado lida com esses espaços. Um exemplo é a maneira como as forças policiais lidam com os moradores destas áreas, normalmente de forma puramente repressiva e, muitas vezes, violando os direitos humanos civis mais básicos.

Em oposição a essas ideias, ativistas das favelas e de outros contextos, têm se esforçado em explorar outras ideias sobre a favela: o foco tem sido na potencialidade desses espaços e de seus moradores. A valorização das expressões culturais das favelas têm sido um caminho para combater

essas visões distorcidas e preconceituosas das favelas. Nessa perspectiva mais progressista, o Estado, ao invés de investir somente em colocar mais policiais nas favelas, deveria atuar nesses espaços valorizando as expressões locais e com fortes investimentos em políticas sociais. Um exemplo da dificuldade do Estado atuar de uma maneira que respeite, proteja e valorize os moradores de favela ocorreu com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Esse programa foi implementado pelo governo do estado do Rio de Janeiro a partir de 2008, em diversas favelas, e tinha como objetivo implementar uma política de segurança com policiamento constante e próximo aos moradores, ao invés de incursões ocasionais violentas para realizar confrontos com os traficantes, que acabavam deixando, muitas vezes, moradores feridos ou mortos. Essa ideia foi entendida por setores progressistas da cidade como plausível de sucesso, mas advertiu-se que apenas com políticas sociais sólidas seria possível trazer uma solução mais duradoura para a entrada de jovens para o tráfico armado nas favelas. Passados alguns anos, o Estado ainda não foi capaz de implementar as políticas sociais, a prática de uma polícia mais próxima aos moradores não tem sido efetiva e tem sido cada vez mais comuns incursões violentas nas favelas (inclusive com morte de moradores).

A antropóloga Adriana Facina (2010), em entrevista, falou sobre estratégias possíveis para reverter esse quadro: “Em primeiro lugar, é preciso construir um outro olhar sobre a favela, em que os próprios favelados sejam sujeitos nessa construção”. Segundo ela, é muito importante que os favelados tenham direito a se expressar culturalmente e se autorrepresentar. Ela diz: “Enquanto essa população permanecer invisível, permanecer representada dessas formas, sempre que morrer alguém na favela será só um dado, um número (...). Então, temos que pensar, de fato, em uma política de direitos que seja igual para todos” (pg. 3).

Direitos Culturais nas favelas

A Constituição Brasileira determina sobre os direitos culturais que:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2.º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

A nossa constituição tem um texto bastante progressista, valorizando as diversas expressões culturais do país e tentando garantir aos brasileiros, por um lado, o direito a livre manifestação cultural e, por outro, o acesso às fontes culturais.

Analisando a história de nossas favelas, vemos que alguns desses direitos culturais não têm sido garantidos. Em relação à livre manifestação cultural, atualmente, nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, vemos os moradores com muita dificuldade ou mesmo sendo impedidos pelo poder público de organizar bailes funks, uma expressão cultural relevante nesses territórios e que dá sentido à existência de seus moradores. Em relação ao acesso a fontes culturais, vemos (com raras exceções) as favelas desprovidas de equipamentos culturais, bibliotecas e fora dos circuitos culturais. De qualquer forma, a favela é um espaço de resistência e seus moradores continuam lutando para garantir seus direitos culturais.

Expressões Culturais e Espaços de Sociabilidade

Podemos entender a ideia de cultura como apresentada pelo antropólogo Clifford Gertz (1978): “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (pg. 15). Assim, neste item vamos explorar algumas teias de significados construídas por moradores de favelas no Rio de Janeiro. Traremos algumas expressões culturais destes territórios, explicando um pouco sobre cada uma delas. A finalidade é oferecer apenas um panorama geral, e não um estereótipo, sobre os sentidos atrelados às expressões culturais nas favelas, ressaltando ser um recorte.

- **Funk:** O funk é uma expressão musical característica das favelas do Rio de Janeiro. Ele surge a partir dos anos 1970 na cidade, em diálogo com o funk norte-americano de grupos negros nos anos 1960 e é aqui resignificado, ganhando letras, ritmos e danças próprias. Os espaços nos quais se ouve e se dança funk costumam ser chamados de “bailes” e mobilizam uma grande parte das juventudes das favelas e também pessoas de seus bairros. Apesar de ser visto por parte dos moradores da cidade como uma música marginal, o funk não é tocado e dançado apenas nas favelas, mas em diversos espaços da cidade.
- **Passinho:** Passinho é uma forma de dança relacionada ao funk. Normalmente é dançado por crianças, adolescentes e jovens (de ambos os sexos) que disputam entre si para saber quem faz a melhor dança. A Internet é um importante espaço de troca e aprendizado entre os dançarinos, já que os vídeos postados servem como meio para entrar

em contato com novos passos e incrementar a disputa.

- **Samba:** O samba constitui-se como manifestação cultural criada pelos negros no Brasil, no início do século passado, com influência africana. Ele é bastante tocado e dançado até hoje nas favelas, tanto nas festas comuns, como no Carnaval, quando ocorrem desfiles com carros alegóricos e muitos participantes que dançam e cantam. Assim como o funk, o samba é tocado e dançado em espaços da cidade diferentes da favela.
- **Folia de Reis:** As Foliás de Reis são festas relacionadas ao catolicismo popular realizadas em algumas favelas do Rio de Janeiro. O antropólogo Daniel Bitter (2010) em pesquisa sobre o tema apresenta a Folia de Reis como uma manifestação cultural e religiosa na qual um grupo de pessoas percorre as casas de devotos cantando e tocando instrumentos em louvor aos Reis Magos do Oriente: Melquior, Baltazar e Gaspar. A folia procura, desse modo, imitar a viagem mítica que os magos teriam feito à Belém para adorar e presentear o menino Jesus. O período mais intenso de visitas ocorreria na época dos festejos natalinos, entre 25 de dezembro e 6 de janeiro.
- **Lan Houses:** Espaços com acesso à Internet utilizados nas favelas, especialmente por jovens, para acessar jogos e outros recursos da web e para socializar com seus pares.
- **Espaços religiosos:** igrejas católicas e evangélicas, cultos afros etc. Os espaços religiosos costumam reunir diversos moradores das favelas para celebrar suas crenças. Nesses espaços, as famílias costumam se encontram e os laços sociais se costumam. A conexão espiritual vem junto com músicas e outras formas culturais. Infelizmente, as religiões afrobrasileiras costumam ser alvo de preconceito nas favelas por parte de alguns evangélicos.
- **Bares, biroskas, pensões e restaurantes:** Espaços que reúnem as pessoas para comer, tomar alguma bebida ou comprar alguma mercadoria mais perto de casa (no caso das biroskas). Também são espaços importantes de sociabilização. As biroskas, especialmente, são muito numerosas nas favelas do Rio de Janeiro.
- **Movimentos comunitários locais (sociais, culturais e de comunicação):** Algumas favelas têm movimentos locais importantes que realizam ações de diversas naturezas em prol de seus territórios e de outros espaços populares. Algumas favelas têm agências de notícias, museus, institutos de pesquisa, espaços culturais - formados e geridos principalmente pelos moradores - com objetivo de construir, reforçar e disseminar sua visão sobre sua história, os acontecimentos que ali ocorrem e sobre seus moradores.

Para Conhecer, Ouvir, Ver, Navegar, Procurar:

- A batalha do Passinho
<http://osmosefilmes.com.br/site/?p=168#.VkkqJXarTcs> (trailer)
Filme sobre a dança do Passinho, dirigido por Emilio Domingues e produzido pela Osmose Filmes.
- Guia Cultural das Favelas
<http://guiaculturaldefavelas.org.br>
O Guia Cultural de Favelas é um mapa colaborativo de visualização de práticas culturais em favelas cariocas. Desenvolvido pelo Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.
- Fala Manguinhos
<https://falamanguinhos.wordpress.com/>
Agência de comunicação da favela de Manguinhos (RJ).
- Funk Rio
<https://www.youtube.com/watch?v=cvsl9l4uDWA>
Filme sobre a cultura funk do Rio de Janeiro, dirigido por Sergio Goldenberg e realizado pelo Centro de Criação da Imagem Popular (CECIP).
- Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro
<http://mapadecultura.rj.gov.br/>
Um portal bilíngue na internet que reúne 3,5 mil verbetes, 8 mil imagens e 120 vídeo-documentários sobre a cultura do estado do Rio de Janeiro. Um projeto realizado pela Secretaria de Estado de Cultura.
- Museu da Maré
<http://www.museudamare.org.br/joomla/>
O Museu da Maré é um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos.
- Onde a coruja dorme
https://www.youtube.com/watch?v=yHs_4ctH_AY (trailer)
Filme revela a relação do mestre do samba Bezerra da Silva com seus compositores, egressos dos morros cariocas e da baixada fluminense.
- Raízes em Movimento (Complexo do Alemão)
<http://www.raizesemmovimento.org.br>
Organização do Complexo do Alemão (RJ) que realiza ações sociais e culturais.

Referências Bibliográficas

Módulo I

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. In: Revista de Administração da Universidade de São Paulo. Volume 43 - Número: 4. p.289-300, out./nov./dez. 2008

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

Coriolano, Luzia Neide.; Leitão, Claudia. Turismo, cultura e desenvolvimento entre sustentabilidades e (in)sustentabilidades. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 6, núm. 3, octubre, 2008, pp. 467-479 Universidad de La Laguna El Sauzal (Tenerife), España.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL. UNESCO 2002. Acessado em 16 de novembro de 2015 in: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>

Grupo de Pesquisa em Turismo Sustentável. <http://www.ufrgs.br/gps/pesquisa/turismo-sustentavel>

Kirshenblatt-Gimblett, Barbara. Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage. Berkeley: University of California Press, 1998.

KROEBER, A. L. The Nature of Culture. Chicago: University of Chicago Press, 1952.

KROEBER, A. L.; KLUCKHOHN, CLYDE., with the assistance of WAYNE UNTEREINER and appendices by ALFRED G. MEYER. Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions. ("Papers of the Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology, Harvard University," Vol. XLVII, No. 1.) Cambridge, Mass., 1952.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura. Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, 14ª edição.

LINTON, Ralph. O Homem, uma introdução à Antropologia, São Paulo, 1943

Mathieson, A. & Wall, G. Tourism: Economic, Physical and Social Impacts. New York: Longman House, 1982.

MADUREIRA, Constança. Uma visão Legal do Turismo. Publicado em segunda-feira, 13 de julho de 2009. Acessado em 16 de novembro de 2015. <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI88576,81042-Uma+visao+Legal+do+Turismo>

MATHIESON, A.; WALL, G. Tourism: Economic, Physical and Social Impacts. New York: Longman House, 1982.

MENEZES, Juliana Santos. O Turismo Cultural como Fator de Desenvolvimento na Cidade de Ilhéus. Grupo de Pesquisa Identidade Cultural e Expressões Regional – ICER. Outubro 2011. Disponível em: <http://www.uesc.br/icer/artigos/oturismocultural.pdf>

MICELI, Sergio. "Introdução: A Força do Sentido." In Pierre Bourdieu, A Economia das Trocas Simbólicas, 7-61. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

MINEHIRA, Carlos. Linha do tempo do Consumo Consciente e da Sustentabilidade. Do século XIX ao ano 2010, Akatu traça os principais acontecimentos sobre a cronologia do consumo consciente. Publicado no site da revista online Planeta sustentável em 15/03/2011. Acessado em 15 de novembro de 2015. <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/linha-tempo-consumo-consciente-sustentabilidade-621885.shtml>

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. O conceito antropológico de Cultura. Acessado em 16 de novembro de 2015 in: <https://www.ucb.br/sites/000/14/PDF/OconceitoantropologicodeCultura.pdf>

ONU, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. Transmitted to the General Assembly as an Annex to document A/42/427 - Development and International Co-operation: Environment. 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Cultura, Globalização e Crítica Social. In Silva, Josué Pereira et alii (org.). Trabalho, política e cultura. Debates contemporâneos. São Paulo: Annablume, 2002, p.15-35.

SEWELL, William H. The Concept(s) of Culture. In Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture. Edited by Bonnell, Victoria and Hunt, Lynn E. Berkeley: University of California Press, 1999.

SMITH, Philip. Cultural Theory: An Introduction. 21st-Century Sociology. Malden: Blackwell, 2001.

SPILLMAN, Lynn (ed.). Cultural Sociology. Malden: Blackwell, 2002.

The World Tourism Organization (UNWTO) <http://www2.unwto.org/>

VAZ, Juliana. Rio+20: o papel da cultura no desenvolvimento sustentável. Matéria publicada no site do Instituto Goethe em junho de 2012. Disponível em: <http://www.goethe.de/ins/br/lp/kul/dub/umw/pt9494816.htm>

WHITE, Leslie. O conceito de cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Outras referências:

BARRETO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. 2.

ed. São Paulo: Papirus, 2000 (Coleção Turismo).

BARROCO, Helio Estrela. Retrospectiva e prospectiva para a micro-região Ilhéus/Itabuna. Especiarias. Ilhéus: Editus, Ano 1, No. 1, 1998.

BENI, Carlos Mário. Política e estratégia do desenvolvimento regional – Planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo Cezar (Orgs.). Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000, p. 165-171.

BISSOLI, Maria Angel Marques Ambrizi. Planejamento Turístico municipal com suporte em sistemas de informação. São Paulo: Futura, 1999.

BRASIL. Ministério do Turismo. Campanha Internacional Passaporte Verde, [ca.2010].

COENDERS, Germán; MUNDET, Lluís. Greenways: a sustainable leisure experience concept for both communities and tourists. Journal of Sustainable Tourism. Vol. 18, n.5, jun 2010.

CORIOLOANO, Luiza Neide; LEITÃO, Cláudia. Turismo, cultura e desenvolvimento entre sustentabilidades e (in)sustentabilidades. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. Canarias, v.6, n.3, p.467-479, 2008.

CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria; ARNDT, Jorge Renato Lacerda (orgs). Turismo, Sustentabilidade e Meio Ambiente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CUNHA, Lício. Economia e política do turismo. Lisboa: McGraw-Hill Lisboa, 1997.

DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo – Política e Desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, J.L. A variável ambiental como componente na classificação da qualidade dos serviços hoteleiros. 1999. 146f. Dissertação de mestrado (Mestrado em engenharia da Produção) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

FONTES, Maria Josefina Vervloet. Turismo de Ilhéus. Vantagem Comparativa versus Vantagem Competitiva. Dissertação de Mestrado da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

GIACOMINI FILHO, Gino. Atendimento e responsabilidade social como atributos da qualidade do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena & MILONE, Paulo Cezar. Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000, p. 63- 67.

GONÇALVES, Luiz Cláudio. Gestão Ambiental em meios de hospedagem. São Paulo: Aleph, 2004.

LAGE, Beatriz Helena & MILONE, Paulo Cezar. Economia do turismo. São Paulo: Atlas, 2000.

LUCAS, Sonia Maria de Mattos. Turismo cultural no Vale do Paraíba – Uma experiência histórica. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. Coords. Cássio Garkalns de Souza Oliveira, José Carlos de Moura e Marco Sgai. Piracicaba, 2000.

_____. Vale a Pena Preservar. Turismo Cultural e Desenvolvimento Sustentável. 2003.

MURTA, Stela Maris & GOODEY, Brian. Interpretação do Patrimônio para o turismo sustentado: um guia. Belo Horizonte: SEBRAE (MG), 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Código Mundial de Ética no Turismo, 1999.

RUSCHMANN, Dóris. Turismo e Planejamento Sustentável – A proteção do meio ambiente. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo e desenvolvimento local. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 17-22.

SWARBROOKE, John. Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo, v.1).

Periódicos relacionados ao tema:

Revista Turismo Visão e Ação
<http://www.univali.br/ensino/pos-graduacao/mestrado/mestrado-academico-em-turismo-e-hotelaria/revista-turismo-visao-e-acao/Paginas/default.aspx>

Observatório de Inovação do Turismo
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit>

Estudios Y Perspectivas en Turismo
<http://estudiosenturismo.com.ar>

Rosa dos Ventos
<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos>

Turydes - Revista de Investigación en Turismo Y Desarrollo local
<http://www.eumed.net/rev/turedes/index.html>

Caderno Virtual de Turismo
<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno>

American Journal of Tourism Research
<http://wscholars.com/index.php/ajtr>

Módulo II

CHOAY, Françoise. L'Allégorie du Patrimoine. Paris: Seuil, 1992.

CLIFFORD, J. "Collecting art and culture" In: The predicament of culture: twentieth century ethnography, literature and art. Harvard: Harvard University Press, pp. 215-252, 1988.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

MAUSS, M. "Ensaio sobre a dádiva" [1925] In: Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, ([1950] 2003).

MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo Revisitado”. In: Estudos Históricos (Identidade Nacional), v. 2, n. 1, p. 220-238, 1988.

O REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

REGISTRO E POLÍTICAS DE SALVAGUARDA PARA AS CULTURAS POPULARES. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2005. (Encontros e Estudos 6).

Módulo III

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. “Concepções de Espaço Geográfico e Território”. In: Sociedade e Território, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010.

ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACESS, 2007, 136 p.

CASSAB, Clarice. “Epistemologia do espaço na obra de Milton Santos: breve panorama”. In: Geografias, Belo Horizonte, 04(1) 98-108 janeiro-junho de 2008.

CRUZ, Valter do Carmo. Seminário Internacional Políticas Territoriais e Pobreza no Campo e na Cidade, 2014. Disponível em <http://oppa.net.br/acervo/eventos/Valter%20Cruz.pdf> (Acesso: novembro, 2015)

_____. “Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia”. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (21 a 25 de maio de 2007 Belém, Pará, Brasil.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI Felix formulam em O que é a Filosofia? Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, Setembro de 2004.

_____. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. “Da desterritorialização à multiterritorialidade”. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina (20 a 26 de março de 2005), Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. “O território em tempos de globalização”. In: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas ISSN 1981-3732 <http://www.uff.br/etc>. 15 de Agosto de 2007, nº 2 (4), vol. 1

HENRI, Lefebvre. The production of space. Oxford, OX, UK ; Cambridge, Mass., USA: Blackwell, 1991.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; VIEIRA, Eurípedes Falcão; KNOPP, Glauco da Costa. “Espaço global: Território, cultura e identidade”. In: RAD Vol.12, n.2, Mai/Jun/Jul/Ago 2010, p.01-19.

Módulo IV

ABREU, Maurício de Almeida. A favela está fazendo 100 anos (Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade). Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, p. 188-190.

ALMEIDA, R. Pluralismo religioso e espaço metropolitano. In: Mafra, C.; Almeida, R. (Org.). Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Terceiro Nome, 2009. p. 29-50.

BITTER, Daniel. A bandeira e a máscara. A circulação de objetos rituais nas folias de reis. Rio de Janeiro: 7 Letras, Iphan/CNFCP, 2010. 223p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DANTAS, Aline; MELLO, Marisa; PASSOS, Pâmela; (Orgs.). Política Cultural com as Periferias: Práticas e Indagações de uma Problemática Contemporânea. Assis, SP, Gráfica Storbem, 2013.

E. Perlman, Janice. “O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos Brasileiros, v. 18)

FACINA, Adriana. Entrevista para o 30º jornal do CRP-RJ, setembro/outubro de 2010. Disponível em: <http://www.crpj.org.br/publicacoes/jornal/jornal30-adriana-facina.pdf>.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é cidade. In: MAGNANI, J.G.C., TORRES, L. (org.). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 2008.

MONTES, Maria Lucia Aparecida. Pós-fácio do livro “Na metrópole: textos de antropologia urbana”. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1996.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: The American Journal of sociology, XX, 1916.

PASSOS, Pâmella S. - Lan house na favela: cultura e práticas sociais em Acari e no Santa Marta / Pâmella S. Passos. – 2013.

SILVA, Machado da Silva. A política na favela. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2011 - pp. 699-716

VALLADARES Licia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

_____. Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Editora Zahar, 1978.

VIANNA, Hermano. O Mistério do Samba. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1995.

WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. Em: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 90-113.



Patrocínio



SECRETARIA
DE CULTURA

LEI ESTADUAL DE
INCENTIVO
A CULTURA



Parceiros
Institucionais



FALLET
Embalando
Crianças



Produção

